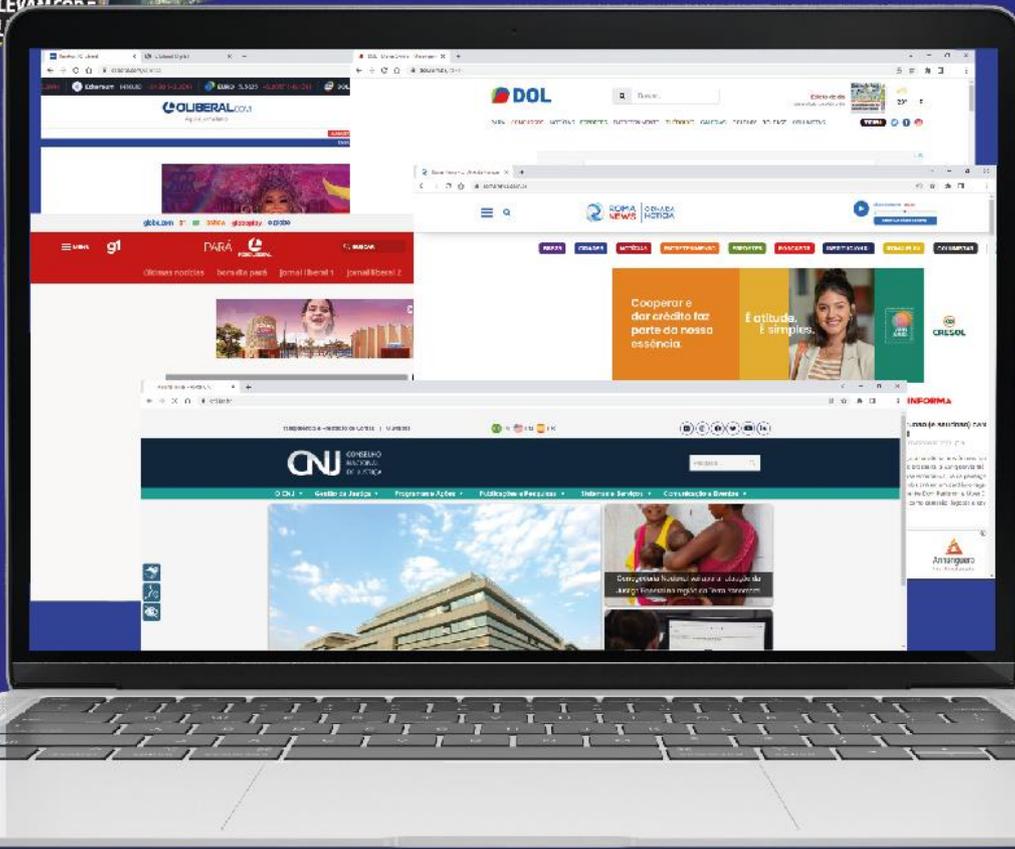
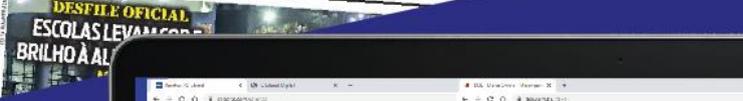




CLIPPING

Quarta-feira
21 de junho
de 2023



REPÓRTER

70

> ORÇAMENTO DIRETRIZES

Com apenas três emendas acatadas, foi aprovada ontem a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano que vem. De autoria da deputada Maria do Carmo (PT), uma delas prevê o reforço ao combate ao trabalho escravo, ao explicitar que a celebração de parceria entre o Estado com pessoas jurídicas sem fins lucrativos ou organização da sociedade civil (OCS) terá como critérios que estas não tenham sido condenadas pela "utilização de trabalho escravo ou infantil".

DISTRIBUIÇÃO

Na LDO aprovada ontem, foram mantidos percentuais do exercício de 2024 a poderes e órgãos constitucionais independentes. Eles são usados na base de cálculo da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2024. A Assembleia Legislativa do Pará recebe 4,38% do orçamento total; o Tribunal de Justiça, 9,76%; e o Ministério Público do Estado, 5,15%.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Yasmin Macêdo teria sumido por volta de 22h30 da lancha que pertencia a Lucas Magalhães de Souza

DANOS MORAIS E MATERIAIS

Mãe de Yasmin exige indenização de R\$ 2,8 mi

CÍVEL - Processo cita proprietário da lancha na qual influenciadora estava e a Gran Marine

FERNANDO ASSUNÇÃO
DA REDAÇÃO

Lucas Magalhães de Souza, proprietário da lancha da qual a influencer paraense Yasmin Cavaleiro de Macêdo desapareceu antes de ser encontrada morta em dezembro de 2021, tornou-se réu também na esfera cível em ação que cobra indenização por danos morais e materiais a familiares da jovem, movida pela mãe de Yasmin, Eliene Cristine. A Gran Marine Club também é citada no processo, que foi recebido nesta terça-feira, 20, pela 11ª Vara Cível e Empresarial de Belém.

De acordo com a defesa da família, com o recebimento da ação, Lucas, que já é responsabilizado criminalmente pela morte de Yasmin, e o representante da marina particular, Gabriel

Fernandes Tardim de Souza, passam a ser considerados réus também na esfera cível. Esse é o primeiro processo do caso em que a Gran Marine Club também é responsabilizada.

"Este processo é referente à responsabilização cível do Lucas Magalhães e agora da marina também, um processo de cunho cível de responsabilização pela morte da jovem Yasmin", explica o advogado Madson Nogueira.

O valor cobrado por Eliene no processo é de mais de R\$ 2,8 milhões, dos quais R\$ 2 milhões são referentes aos danos morais. "Na tarde de hoje (terça-feira), o juiz da 11ª Vara Cível e Empresarial de Belém recebeu a ação e já determinou a citação deles, tanto do Lucas quanto do representante da marina, para que venham se defender no processo", diz a defesa.

CASO

A influenciadora desapareceu na noite de 12 de dezembro de 2021, durante um passeio de barco pelas águas do rio Maguari. Yasmin teria sumido por volta de 22h30. O corpo da jovem foi encontrado às 12h40 do dia 13 de dezembro de 2021, no distrito de Icoaraci, próximo a uma marina particular, a aproximadamente 11 metros de profundidade.

Lucas Magalhães de Souza estava preso desde dezembro do ano passado e foi solto em março deste ano. Em janeiro de 2023, após audiência de instrução e julgamento, a Justiça decidiu que ele deveria ser levado ao Tribunal do Júri pelos crimes de homicídio com dolo eventual, posse e disparo de arma de fogo e fraude processual. O julgamento ainda não tem data para acontecer.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

ABAETETUBA**MPF vai à Justiça Federal contra a instalação de terminal hidroviário****SAUL ANJOS**
DA REDAÇÃO

O Ministério Público Federal (MPF) pediu à Justiça Federal, no dia 13 deste mês, que determine às empresas Cargill Agrícola e Brick Consultoria em Gestão que suspendam qualquer medida de implantação do projeto de construção de terminal hidroviário em Abaetetuba, nordeste do Pará. A solicitação foi motivada por indícios de que a área destinada ao porto foi obtida de forma ilícita, prática conhecida como grilagem de terras, segundo divulgado pelo MPF. Além disso, o terreno está na área do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE)

Santo Afonso. A Justiça paraense reconheceu a competência Federal para julgamento de ação que pede a realização de consulta prévia, livre e informada a comunidades tradicionais afetadas pela construção de porto em Abaetetuba.

Outro pedido feito pelo órgão federal é para que a União, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a Superintendência de Patrimônio da União (SPU) e a cidade paraense deixem de adotar qualquer ato administrativo que implique na redução da área do PAE Santo Afonso. Os entes também não devem registrar qualquer domínio, posse ou propriedade da área particulares.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**RD REPÓRTER
DIÁRIO**

A Justiça do Pará reconheceu a competência federal para julgamento de ação que pede consulta prévia, livre e informada a comunidades afetadas pela construção de um porto em Abaetetuba. A decisão acata pedido do MPF em ação da Defensoria Pública do Estado. O terreno do terminal hidroviário, sob responsabilidade da empresa Cargill Agrícola, fica em área do Projeto de Assentamento Agroextrativista Santo Afonso. A consulta é um direito das comunidades tradicionais de serem ouvidas e participarem das decisões que afetem seus territórios, modo de vida e direitos.

COMPETÊNCIA

Para o MPF, é evidente a competência da Justiça Federal na ação, visto que o terreno fica em terras de propriedade da União e sobreposto à comunidade agroextrativista assentada pelo Incra. Além disso, a obra vai afetar povos tradicionais, como os moradores do PAE Santo Afonso e comunidades quilombolas do entorno, que usam o meio fluvial como transporte. Prevista na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, a consulta prevê um diálogo participativo, transparente e livre de pressões para atender a diversidade dos povos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

MPF pede à Justiça Federal suspensão de porto em Abaetetuba por indícios de grilagem

Além disso, o terreno alvo da solicitação do Ministério Público Federal está na área do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Santo Afonso



O Liberal

20.06.23 11h12



Lei foi ignorada no governo Bolsonaro; Lula criou o programa de Proteção e da Dignidade Menstrual, mas programa ainda não teve o planejamento apresentado (Reprodução / Divulgação MPF / Imagem Ilustrativa)

O Ministério Público Federal (MPF) pediu à Justiça Federal, no dia 13 deste mês, que determine às empresas Cargill Agrícola e Brick Consultoria em Gestão que suspendam qualquer medida de implantação do projeto de construção de terminal hidroviário em Abaetetuba, nordeste do Pará. A solicitação foi motivada por indícios de que a área destinada ao porto foi obtida de forma ilícita, prática conhecida como grilagem de terras, segundo divulgado pelo MPF. Além disso, o terreno está na área do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Santo Afonso. A Justiça paraense reconheceu a competência Federal para julgamento

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

de ação que pede a realização de consulta prévia, livre e informada a comunidades tradicionais afetadas pela construção de porto em Abaetetuba.

Outro pedido feito pelo órgão federal é para que a União, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a Superintendência de Patrimônio da União (SPU) e a cidade paraense deixem de adotar qualquer ato administrativo que implique na redução da área do PAE Santo Afonso. Os entes também não devem registrar qualquer domínio, posse ou propriedade da área a particulares.

A consulta prévia, livre e informada é um direito das comunidades tradicionais de serem ouvidas e participarem das decisões que afetem seus territórios, modo de vida e direitos. Prevista na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, a consulta prevê um diálogo participativo, transparente e livre de pressões para atender a diversidade dos povos. A consulta tem, ainda, efeito vinculante no sentido de que deve ser cumprida a decisão tomada pelos entes envolvidos.

Na manifestação, o MPF reitera o pedido para ser incluído no polo ativo da ação. Inicialmente, a ação foi proposta pela organização humanitária Cáritas Brasileira com a intenção de declarar nulo o processo administrativo que concedeu a área do terminal à Cargill, uma vez que o terreno pertence ao assentamento agroextrativista.

Em outro documento, protocolado em ação que tramita na Justiça Estadual do Pará, o MPF pediu o reconhecimento de que é competência da Justiça Federal julgar processo que pede a realização de consulta prévia, livre e informada às comunidades tradicionais afetadas pela construção do terminal. A ação foi proposta pela Defensoria Pública do Estado do Pará. Para o MPF, a competência da Justiça Federal é evidente, considerando a área de domínio da União e o impacto do empreendimento nas comunidades tradicionais.

Além das manifestações judiciais, foi encaminhada solicitação ao Núcleo de Combate à Corrupção da unidade do MPF no Pará para que seja investigado se houve possível ocorrência de atos de improbidade administrativa, crimes

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

funcionais e de grilagem de terras por parte dos servidores públicos e particulares envolvidos na compra e tentativa de regularização da área, na alienação da área pela SPU e na desafetação da área do Projeto Agroextrativista pelo Incra.

Escritório fluvial

Em visitas realizadas a comunidades, o MPF coletou dados sobre impactos ambientais, econômicos e sociais que a implantação do projeto está gerando para a população tradicional. Os moradores relatam que já enfrentam problemas como a diminuição das áreas de extrativismo, a contaminação da água consumida diretamente dos rios e a proibição de ‘apanhar’ açaí. Mencionam também danos psicológicos, a exemplo do medo de todas as mudanças nas formas de trabalhar e buscar os alimentos.

Ainda de acordo com os moradores ribeirinhos, há as ruínas de um cemitério antigo no local em que as empresas pretendem construir. Nesse sentido, o MPF solicitou do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) que se manifeste sobre a existência do cemitério na área, bem como sua importância histórica e arqueológica.

As visitas foram possíveis com o uso de um novo serviço que o MPF implementou no Pará, o escritório fluvial. Uma unidade de trabalho montada em lancha, com conexão à Internet por satélite e outros equipamentos que permitem agilidade e eficiência no deslocamento da equipe por rios. O serviço, que teve sua viagem inaugural em 19 de maio deste ano, possibilita o contato mais próximo com povos indígenas, comunidades tradicionais e população ribeirinha.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Chacina de Santa Izabel: ex-policial militar é condenado a 145 anos de prisão

As investigações policiais apontaram que o crime teria sido motivado em retaliação à morte de um homem, amigo do réu e que também seria integrante de grupo criminoso



O Liberal

20.06.23 23h58



Julgamento. (Divulgação/TJPA)

O **ex-policial militar Renato Cardoso do Carmo** foi condenado, nesta terça-feira (20), a **145 anos de prisão** pela **morte de sete pessoas da mesma família**. Os assassinatos ocorreram em agosto de 2011 em **Santa Izabel do Pará**, região metropolitana de **Belém**. As investigações policiais apontaram que o crime teria sido motivado em retaliação à morte de um homem, amigo do réu e que também seria integrante de grupo criminoso.

Além da morte das sete vítimas, a condenação considerou o crime de formação de quadrilha armada, já que a Justiça constatou que Renato do Carmo integrava grupo de extermínio enquanto atuava como policial da Rondas Ostensivas Táticas Motorizadas ([Rotam](#)).

O réu já havia solicitado dois pedidos de liberdade provisória, mas todos foram negados pela [Justiça](#). Durante o julgamento, uma das sobreviventes, Raimunda Moraes Sobral, mãe de três vítimas assassinadas, confirmou que o ex-policial é um dos participantes da chacina, sendo um dos mais agressivos na invasão. Em depoimento, o ex-policial disse que é inocente.

O caso

A **chacina de Santa Izabel** ocorreu em agosto de 2011, na rua das estrelas, bairro Novo Horizonte. A **família dormia quando foi surpreendida** pela **invasão de homens encapuzados**, trajando roupas pretas, capuzes e luvas, fazendo a exigência da entrega de armas, porém no local não havia nenhum armamento.

As sete pessoas foram agredidas, obrigadas a deitar no chão e executadas por disparos de armas de fogo. Dentre a chacina, seis pessoas morreram no local e uma foi socorrida, levada ao hospital, mas após dois dias não resistiu e morreu. Houve sobreviventes, entre eles os donos do imóvel e mais três crianças.

Suspeito de matar empresário em Castanhal é preso na Bahia

Ele teria fugido para o município baiano após baleiar o empresário Pedro Henrique Dantas Duarte, que não resistiu aos ferimentos e morreu no nordeste do Pará



O Liberal

20.06.23 22h36 - Atualizado em 21.06.23 8h50



Um homem, identificado como **Pablo Santana Rocha**, foi preso, na tarde desta terça-feira (20), em **Vitória da Conquista**, na Bahia. Ele teria fugido para o município baiano após baleiar [Pedro Henrique Dantas Duarte, no último dia 14 de junho, em Castanhal, nordeste paraense](#). O empresário não resistiu aos ferimentos e morreu.

Pablo estava foragido desde o dia 16, quando o mandado de prisão preventiva foi expedido pela 1ª Vara Criminal de Castanhal. A polícia identificou o suspeito logo após o crime e, após diligências nos municípios de [Castanhal](#), Santa Maria

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

do Pará e Bonito, descobriu que ele havia fugido para se esconder na casa de parentes no município baiano.

Após pesquisas em bancos de dados, a [Polícia Civil](#) do Pará localizou o suspeito na casa de uma tia, na área nobre de Vitória da Conquista. A prisão foi cumprida pelo Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) da Polícia Civil da Bahia.

Sobre o caso

Pablo Santana Rocha foi indiciado pela autoria de homicídio qualificado contra Pedro Henrique Dantas na manhã do último dia 14, no bairro Santa Lídia, em Castanhal. A vítima recebeu vários tiros dentro de seu carro. Ele ainda chegou a ser socorrido, mas morreu ao dar entrada em uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do município.

A vítima era proprietária de uma loja de venda de carros de alto padrão, além de veículos náuticos. Nas redes sociais de amigos e parentes da vítima, corre a informação de que Pedro Henrique teria ido cobrar uma dívida no valor de R\$ 6 mil do suspeito, que seria do município de Santa Maria do Pará, mas as informações não foram confirmadas pela PC.

Caso Yasmin: dono da lancha e marina viram réus em ação de indenização por danos morais e materiais

De acordo com a defesa da família, com o recebimento da ação, Lucas Magalhães e a Gran Marine Club, que já são responsabilizados criminalmente pela morte de Yasmin, passam a ser considerados réus também na esfera cível



O Liberal

20.06.23 18h54



Yasmin foi encontrada morta no 13 de dezembro de 2021. Lucas Magalhães foi preso em outubro do ano passado. (Reprodução / Redes sociais)

[Lucas Magalhães de Souza](#), o dono da lancha de onde a influencer paraense [Yasmin Cavaleiro de Macêdo](#) desapareceu antes de ser encontrada morta em dezembro de 2021, e a Gran Marine Club agora são réus também em processo cível, que pede a **indenização por danos morais e materiais aos familiares da jovem**. A ação é movida pela mãe de Yasmin, **Eliene Cristine**. O

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

processo foi recebido nesta terça-feira (20), pela 11ª Vara Cível e Empresarial de [Belém](#).

De acordo com a defesa da família, com o recebimento da ação, Lucas, que já é **responsabilizado criminalmente** pela morte de Yasmin, e o representante da **marina particular**, Gabriel Fernandes Tardim de Souza, passam a ser considerados **réus** também na **esfera cível**. Esse é o primeiro processo do caso em que a Gran Marine Club é responsabilizada.

"Este processo é referente à responsabilização cível do Lucas Magalhães e agora da Marina também, um processo de cunho cível pela responsabilização pela morte da jovem Yasmin", explica o advogado Madson Nogueira.

O valor da ação é de mais de **R\$ 2,8 milhões**, sendo R\$ 2 milhões a título de danos morais e R\$ 8.142,44 de danos materiais. "Na tarde de hoje [terça-feira], o juiz da 11ª Vara Cível e Empresarial de Belém recebeu a ação e já determinou a citação deles, tanto do Lucas quanto do representante da marina, para que venham se defender no processo", diz a defesa.

Sobre o caso

A **influenciadora desapareceu** na noite de **12 de dezembro de 2021**, durante um passeio de barco pelas águas do rio Maguari, em [Belém](#), onde estavam outras 19 pessoas. Yasmin teria sumido por volta de 22h30. O **corpo** da jovem foi **encontrado** às 12h40 de segunda-feira, dia **13 de dezembro de 2021**, no distrito de **Icoaraci**, próximo a uma marina particular, a aproximadamente **11 metros de profundidade**.

Lucas Magalhães de Souza estava preso desde dezembro do ano passado e foi solto em março deste ano. Em janeiro de 2023, após audiência de instrução e julgamento, a Justiça decidiu que ele deveria ser levado ao Tribunal do Júri pelos crimes de homicídio com dolo eventual, posse e disparo de arma de fogo e fraude processual. O julgamento ainda não tem data para acontecer.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



REPÓRTER DIÁRIO

Polícia apreende cerca de R\$ 42 milhões em drogas no Pará

A droga estava submersa no rio Tapajós, acondicionada em embalagem de plásticos.

🕒 quarta-feira, 21/06/2023, 09:42 - Atualizado 21/06/2023, 10:45 - 🧑 Autor: Repórter Diário



JUSTIÇA

A Justiça do Pará reconheceu a competência federal para julgamento de ação que pede consulta prévia, livre e informada a comunidades afetadas pela construção de um porto em Abaetetuba. A decisão acata pedido do MPF em ação da Defensoria Pública do Estado. O terreno do terminal hidroviário, sob responsabilidade da empresa Cargill Agrícola, fica em área do Projeto de Assentamento Agroextrativista Santo Afonso. A consulta é um direito das comunidades tradicionais de serem ouvidas e participarem das decisões que afetem seus territórios, modo de vida e direitos.

COMPETÊNCIA

Para o MPF, é evidente a competência da Justiça Federal na ação, visto que o terreno fica em terras de propriedade da União e sobreposto à comunidade agroextrativista assentada pelo Inca. Além disso, a obra vai afetar povos tradicionais, como os moradores do PAE Santo Afonso e comunidades quilombolas do entorno, que usam o meio fluvial como transporte. Prevista na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, a consulta prevê um diálogo participativo, transparente e livre de pressões para atender a diversidade dos povos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



HOMICÍDIO

Homem suspeito de matar empresário é preso na Bahia

O homem que estava foragido desde o dia 16 de junho fugiu para a Bahia após cometer o crime.

🕒 quarta-feira, 21/06/2023, 09:34 - Atualizado 21/06/2023, 09:46 - 🧑 Autor: DOL



📷 O suspeito foi identificado logo após o crime | (Divulgação)

Pablo Santana Rocha foi preso na tarde da última terça-feira (20), em Vitória da Conquista, sudoeste da Bahia. Ele é [suspeito de matar o empresário Pedro Henrique Dantas Duarte, ainda esse mês, em Castanhal.](#)

O homem que estava foragido desde o dia 16 de junho fugiu para a Bahia após cometer o crime. Pablo recebeu o mandado de prisão expedido pela 1ª Vara Criminal de Castanhal.

No dia do homicídio a vítima recebeu vários tiros dentro de uma carro e acabou não resistindo, Pedro Henrique Dantas Duarte era proprietária de uma loja de venda de carros de alto padrão, além de veículos náuticos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O suspeito foi identificado logo após o crime, após um inquérito policial realizado nos municípios Castanhal, Bonito e Santa Maria do Pará.

Após as investigações, a Polícia Civil localizou o homem na casa de uma tia no município baiano. A prisão foi cumprida pelo Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) da Polícia Civil da Bahia.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



SETE MORTOS

Veja o vídeo: Ex-PM é julgado por chacina em Santa Izabel

10 testemunhas foram ouvidas e uma delas confirma que reconhece o acusado como sendo um dos participantes do crime que matou sete pessoas da mesma família.

terça-feira, 20/06/2023, 22:24 - Atualizado 20/06/2023, 22:36 - Autor: Com informações de Wellington Jr/RBATV



Renato Cardoso, mais conhecido como Poranguinho, é um dos acusados de participar da chacina. | Reprodução/RBATV

O Tribunal do Júri em Belém iniciou nesta terça-feira (20) o julgamento de Renato Cardoso, ex-policial militar conhecido como Poranguinho. Ele é acusado de ser um dos [executores da chacina de Santa Izabel](#), na Região Metropolitana de Belém, onde sete pessoas da mesma família foram assassinadas.

10 testemunhas foram ouvidas no tribunal. Uma delas reconheceu Poranguinho como sendo um dos criminosos envolvidos na chacina. Este depoimento foi fundamental para levar o réu a julgamento.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Outro fator que aponta o envolvimento do acusado é a perícia de projéteis, retirados de pelo menos três corpos. Eles seriam compatíveis com o armamento apreendido na residência do réu.

Por outro lado, a defesa de Renato alega que os projéteis encontrados não têm relação com a arma calibre .38, que foi encontrada nove dias após o crime.

Uma das sobreviventes da chacina conversou com a RBATV e afirmou que Poranguinho invadiu a residência no dia do crime. Ela pede que ele seja condenado pelas mortes.

"Quando ele entrou na minha casa eu reconheci tudo, e eu comprovo, tô olhando ele e tô vendo o jeito que ele entrou em casa todinho (SIC)", relatou a sobrevivente.

Jaides Aguiar Brito, Franciso Chagas Lopes, Leandro Lopes de Lira, Aldecir Pinheiro Raiol e Claudinei de Souza Silva foram apontados também como os matadores das sete pessoas. A chacina aconteceu em 2011, no bairro Novo Horizonte, em Santa Izabel do Pará.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Ex-PM é condenado a 145 anos de prisão por integrar grupo de extermínio que atuou em chacina em Santa Izabel do Pará

Renato Cardoso do Carmo era policial da Rotam e foi condenado pela morte de sete pessoas da mesma família mortas a tiros em 2011.

Por g1 Pará/TV Liberal — Belém

20/06/2023 18h09 · Atualizado há 17 horas



Ex-PM Renato Cardoso foi condenado a 145 anos de prisão — Foto: TJPA

O ex-policial militar Renato Cardoso do Carmo foi condenado a 145 anos de prisão pela morte de sete pessoas da mesma família assassinadas na chacina de [Santa Izabel do Pará](#), região metropolitana de [Belém](#). O réu foi julgado nesta terça-feira (20), em Belém.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A condenação considerou a participação do ex-policial na morte das sete vítimas, e também o crime de formação de quadrilha armada, já que a Justiça constatou que Renato do Carmo integrava grupo de extermínio enquanto atuava como policial da Rotam.

O réu já havia solicitado dois pedidos de liberdade provisória, mas todos foram negados pela Justiça. Durante o julgamento, uma das sobreviventes, Raimunda Moraes Sobral, mãe de 3 vítimas assassinadas, confirmou que o ex-policial é um dos participantes da chacina, sendo um dos mais agressivos na invasão.



Familiares das vítimas estiveram presentes no julgamento — Foto: Ascom/TJPA

Segundo a testemunha, as vítimas que estavam no local já teriam sofrido ameaças, quando ainda moravam no bairro do Aurá, no município de Ananindeua, e que por esse motivo teriam ido até Santa Izabel se esconder dos acusados.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Renato Cardoso do Carmo alega ser inocente e durante o julgamento houve diversos momentos de tensão entre os familiares das vítimas, que não acreditam na inocência do acusado. A juíza do caso pediu a retirada de algumas pessoas da sala para evitar maiores comoções.



Ex-PM senta no banco dos réus acusado das mortes de 7 pessoas

O promotor de justiça do Ministério Público do Estado, Edson Cardoso, que está no caso como acusação acredita que o réu é culpado devido a um laudo emitido pelo Instituto Médico Legal (IML) que fez a comparação balística entre os projéteis encontrados em alguns corpos das vítimas e comparado à arma encontrada na casa do réu, havendo coincidências.

"De fato, existem as testemunhas, mas a prova do IML nos dá a segurança maior sobre a procedência da ação penal", detalhou o promotor.

Em 2017, um [outro PM foi absolvido no mesmo caso, pois a promotoria de Justiça não sustentou a acusação por falta de provas](#). Segundo a defesa, o acusado estava de serviço no batalhão da Rotam, em Belém.

Relembre o Caso

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Assassinato ocorreu em agosto de 2011, na rua das estrelas, bairro Novo Horizonte, em Santa Izabel. A família dormia quando foi surpreendida pela invasão de homens encapuzados, trajando roupas pretas, capuzes e luvas, fazendo a exigência da entrega de armas, porém no local não havia nenhum armamento.



Assassinatos deixaram vizinhos e parentes revoltados — Foto: Cláudio Pinheiro/O Liberal

As sete pessoas foram agredidas, obrigadas a deitarem no chão e executados por disparos de armas de fogo. Dentre a chacina, seis pessoas morreram no local e uma foi socorrida, levada ao hospital, mas após dois dias não resistiu e morreu.

Houve sobreviventes, entre eles os donos do imóvel e mais três crianças. Segundo investigações, os assassinatos teriam sido por retaliações à morte de Manoel Pereira de Andrade, amigo do réu e que supostamente também integrava ao grupo de matadores.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Ex-PM é julgado pela chacina de 7 pessoas da mesma família em Santa Izabel do Pará

Vítimas estavam dormindo em uma chácara quando foram assassinadas

Por g1 Pará/TV Liberal — Belém

20/06/2023 16h21 · Atualizado há 19 horas



Iniciou nesta terça-feira (20) o julgamento do ex-policial militar, Renato Cardoso do Carmo, integrante da Rotam e um dos sete acusados da participação na [morte de 7 pessoas da mesma família, em 2011, no município de Santa Izabel](#), na região metropolitana de [Belém](#). Caso ficou conhecido como a "chacina de Santa Izabel".

O réu já havia solicitado dois pedidos de liberdade provisória, mas todos foram negados pela Justiça. Durante o julgamento, uma das sobreviventes, Raimunda Moraes Sobral, mãe de 3 vítimas assassinadas, confirmou que o ex-policial é um dos participantes da chacina, sendo um dos mais agressivos na invasão.

Segundo a testemunha, as vítimas que estavam no local já teriam sofrido ameaças, quando ainda moravam no bairro do Aurá, no município de Ananindeua, e que por esse motivo teriam ido até Santa Izabel se esconder dos acusados.

Renato Cardoso do Carmo alega ser inocente e durante o julgamento houve diversos momentos de tensão entre os familiares das vítimas, que não acreditam na inocência do acusado. A juíza do caso pediu a retirada de algumas pessoas da sala para evitar maiores comoções.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Ex-PM senta no banco dos réus acusado das mortes de 7 pessoas

O advogado de defesa, Augusto Barata, afirma que "a acusação deixou a desejar a convicção de que o réu estaria naquele local no dia dos fatos. A testemunha tem vínculo familiar com a vítimas, tendo uma carga emocional muito grande, prejudicando a idoneidade do depoimento", declarou.

O promotor de justiça do Ministério Público do Estado, Edson Cardoso, que está no caso como acusação acredita que o réu é culpado devido a um laudo emitido pelo Instituto Médico Legal (IML) que fez a comparação balística entre os projéteis encontrados em alguns corpos das vítimas e comparado à arma encontrada na casa do réu, havendo coincidências.

"De fato, existem as testemunhas, mas a prova do IML nos dá a segurança maior sobre a procedência da ação penal", detalhou o promotor.

Em 2017, um [outro PM foi absolvido no mesmo caso, pois a promotoria de Justiça não sustentou a acusação por falta de provas](#). Segundo a defesa, o acusado estava de serviço no batalhão da Rotam, em Belém.

Relembre o Caso

Assassinato ocorreu em agosto de 2011, na rua das estrelas, bairro Novo Horizonte, em Santa Izabel. A família dormia quando foi surpreendida pela invasão de homens encapuzados, trajando roupas pretas, capuzes e luvas,

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

fazendo a exigência da entrega de armas, porém no local não havia nenhum armamento.



Assassinatos deixaram vizinhos e parentes revoltados — Foto: Cláudio Pinheiro/O Liberal

As sete pessoas foram agredidas, obrigadas a deitarem no chão e executados por disparos de armas de fogo. Dentre a chacina, seis pessoas morreram no local e uma foi socorrida, levada ao hospital, mas após dois dias não resistiu e morreu.

Houve sobreviventes, entre eles os donos do imóvel e mais três crianças. Segundo investigações, os assassinatos teriam sido por retaliações à morte de Manoel Pereira de Andrade, amigo do réu e que supostamente também integrava ao grupo de matadores.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Foto: Jader Paes / Agência Pará

Acordo garantirá melhorias nos presídios de Altamira

POR THAÍS NEVES | 21 DE JUN DE 2023, 11:08

COMPARTILHAR:



A 3ª Vara Cível e Empresarial de Altamira, através do seu juiz titular, Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade, homologou nesta terça-feira, 20, através de audiência de conciliação, acordo entre a Defensoria Pública do Estado, o Governo do Estado e a empresa Vogue Alimentação e Nutrição LTDA., acerca de melhorias na alimentação dentro dos presídios do município de Altamira, no Pará. O acordo demonstra a relevância da cooperação entre os órgãos para assegurar a garantia dos direitos humanos como melhorias na alimentação, fornecimento de água de qualidade e prestação de serviços médicos e odontológicos dos presídios do município.

Trata-se de Ação Civil Pública impetrada pela Defensoria Pública do Estado do Pará, que questionava a qualidade da alimentação dentro dos presídios do município. Com o acordo, ficou definido que a empresa Vogue Alimentação e Nutrição passará a realizar imediatamente a pesagem correta dos alimentos, conforme especificação do contrato; a melhoria dos utensílios, conforme as especificações do contrato, no prazo de 45 dias; a melhoria da estrutura da cozinha que atende todas as unidades prisionais do município, no prazo de 90

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

dias; e o controle imediato quanto ao vencimento de produtos e implantação de planilha de controle de qualidade.

Em relação à fiscalização, a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap) se comprometerá a encaminhar relatório de fiscalização e acompanhamento à Defensoria Pública do Estado, quanto ao cumprimento do acordo. Outro relatório contendo soluções paliativas a curto prazo em relação ao fornecimento de água nos presídios de Altamira também deverá ser encaminhado pela Seap à Defensoria Pública do Estado.

No prazo de 30 dias, a Seap ainda encaminhará à Defensoria Pública do Estado um plano de atuação para ampliar a prestação dos serviços médico e odontológico no Centro de Recuperação Masculino de Vitória do Xingu.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Reprodução redes sociais

EXCLUSIVO: Família de Yasmin pede mais de R\$ 2 milhões em processo contra Lucas Magalhães por danos morais

POR FERNANDA CAVALCANTE | 20 DE JUN DE 2023, 18:09

COMPARTILHAR:



A família de Yasmin Cavaleiro de Macedo, que morreu após cair de uma lancha durante passeio pelas águas do rio Maguari, em Belém, em dezembro de 2021, entrou com uma ação na Justiça por danos morais contra Lucas Magalhães, principal acusado pela morte da estudante e contra os representantes da marina. A indenização é de R\$2.008.142,44 e o pedido foi aceito pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

O valor da indenização é a soma de dos danos materiais, que são os gastos que a família de Yasmin teve com o velório, os tratamentos que a mãe da vítima, Eliene Cristine, precisou se submeter com psiquiatras, psicólogos, além dos danos morais causados. O juiz recebeu a petição inicial e determinou a citação de Lucas e dos representantes da marina para que se defendam do processo.

“Além do Lucas responder criminalmente pela morte da Yasmin, ele também vai responder civilmente. Essa é uma ação de danos morais e materiais. A ação é contra o Lucas Magalhães e contra a marina. A indenização que estamos buscando na Justiça em favor da dona Eliene ultrapassa os 2 milhões de reais.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Estamos buscando essa reparação na Justiça”, explicou Madson Nogueira, advogado da família de Yasmin.

O julgamento de Lucas Magalhães estava marcado para 31 de maio, mas [foi suspenso até que os recursos solicitados](#) pela defesa do acusado sejam julgados. Enquanto isso, segundo o Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), o processo continua parado.

Relembre o caso

Yasmim Cavaleiro de Macedo desapareceu na noite do dia 12 de dezembro, durante um passeio de lancha pelas águas do rio Maguari, em Belém. Cerca de 15 pessoas estavam a bordo da embarcação. Yasmin teria sumido por volta de 22h30, várias hipóteses surgiram sobre o caso, que segue sem conclusão.

O corpo foi encontrado no dia 13 de dezembro, por volta de 12h40, em Icoaraci, na região de marinas particulares, no fundo do rio. A mãe da vítima, Eliene Cristina Fontes, relatou que há três supostas versões do desaparecimento. Uma hipótese supõe que Yasmin teria caído da embarcação. Outra hipótese menciona que ela teria usado a escada da lancha para urinar e acabou caindo no rio. Uma terceira versão relata que ela teria mergulhado e desaparecido.

Durante as investigações, a Polícia Civil descobriu disparos de arma de fogo foram realizados na embarcação.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br